

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	9
PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO.....	11
APRESENTAÇÃO À 1 ^a EDIÇÃO	15
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1 – A INVALIDADE E O EXERCÍCIO DA AUTONOMIA PRIVADA	25
1.1. Negócio jurídico e ato jurídico em sentido estrito.....	25
1.2. Autonomia privada	32
1.3. A invalidade do ato jurídico preceptivo como consequência do exercício irregular da autonomia privada	36
CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTOS DOS REQUISITOS DE VALIDADE DO ATO JURÍDICO PRECEPTIVO	39
2.1. Requisitos de validade do negócio jurídico	39
2.2. Capacidade	40
2.2.1. Conceito de capacidade	42
2.2.2. A idade como critério de aquisição da capacidade de agir	44
2.2.3. Fundamento da exigência de capacidade para a prática de atos jurídicos preceptivos.....	46
2.2.4. Contornos dogmáticos da função protetiva das incapacidades ...	48
2.2.4.1. Os intervalos lúcidos.....	50
2.2.4.2. Os intervalos insanos	53
2.2.4.2.1. O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a proteção conferida ao enfermo mental e ao deficiente mental	57
2.2.4.2.2. Critérios dogmáticos para a aplicação da Lei 13.146/2015	67

2.2.4.3. Análise dogmática da correlação entre a invalidade causada por incapacidade e o prejuízo causado ao incapaz.....	76
2.3. Forma	89
2.3.1. Nota histórica	89
2.3.2. Conceito e funções da forma	98
2.4. Objeto	111
CAPÍTULO 3 – REGIME JURÍDICO DA INVALIDADE.....	117
3.1. A invalidade como causa de ineficácia.....	117
3.1.1. A ineficácia do ato jurídico	117
3.1.2. Distinção entre invalidade e inexistência	126
3.2. Conceito e classificação da invalidade	133
3.2.1. Distinção entre efeitos do negócio jurídico nulo e efeitos da nulidade	139
3.2.2. Nulidade.....	140
3.3. Breves notas sobre o problema da fraude à lei	157
3.3.1. Fraude à lei, simulação e motivo determinante comum ilícito ...	158
3.3.2. Fraude à lei e ausência de proibição legal expressa	159
3.3.3. Conservação do negócio jurídico em caso de fraude à lei	160
3.4. Efeitos da invalidação	166
3.4.1. Âmbito de aplicação do artigo 182 do Código Civil.....	166
3.4.2. Análise da primeira parte do artigo 182 do Código Civil: o retorno ao <i>status quo ante</i>	168
3.4.3. Termo inicial da prescrição das pretensões restitutórias.....	173
3.4.4. Análise da segunda parte do artigo 182 do Código Civil: situações de impossibilidade de restituição das partes ao <i>status quo ante</i>	175
3.4.4.1. Pagamento feito a incapaz em razão de obrigação anulada	176
3.4.4.2. Restituição ou qualquer indenização que acarreta enriquecimento injustificado.....	177
3.4.4.3. Usucapião da coisa que seria objeto de restituição.....	180
3.4.4.4. <i>Ex variis causarum figuris</i>	184
3.5. <i>Favor negotii</i> – a conservação dos negócios jurídicos.....	186
3.5.1. Proteção a terceiros de boa-fé contra a ineficacização por nulidade	196
3.5.2. Ausência de violação do bem jurídico protegido pela norma jurídica que impôs a invalidação	203

3.5.3.	Estabilização da eficácia de negócio jurídico celebrado por agente ilegítimo	211
3.5.4.	Análise do artigo 105 do Código Civil.....	218
3.5.5.	Invalidade de contrato bilateral com pluralidade de sujeitos	220
CAPÍTULO 4 – BREVES NOTAS SOBRE ALGUNS ASPECTOS DA INVALIDADE EM DIREITO SOCIETÁRIO.....		223
4.1.	Invalidade do contrato plurilateral.....	223
4.2.	Desconsideração atributiva da personalidade jurídica para a incidência do regime jurídico geral das invalidades.....	228
4.3.	Eficácia da chamada cláusula de remédio exclusivo (<i>Sole Remedy</i>).....	235
4.4.	A forma do contrato social e do contrato de cessão de quotas.....	237
CAPÍTULO 5 – INVALIDADE E SUCESSÃO CAUSA MORTIS		241
5.1.	Contrato sobre herança de pessoa viva. Breves notas.....	241
5.1.1.	Delimitação	241
5.1.2.	Abrangência do artigo 426 do Código Civil	241
5.1.2.1.	Renúncia à herança em pacto antenupcial.....	242
5.1.2.2.	Disposição em contrato social sobre o destino das cotas do sócio morto	243
5.2.	Invalidade do testamento e das disposições testamentárias	245
5.2.1.	Introdução	245
5.2.2.	Breves considerações sobre as características do testamento.....	246
5.2.3.	Causas de invalidade do testamento	249
5.2.4.	Causas de invalidade das disposições testamentárias	259
5.2.5.	Relação entre os artigos 1.859 e 1.909 do Código Civil	262
5.2.6.	Invalidade da partilha.....	265
5.2.7.	Conclusão	266
5.3.	Casuística	266
5.3.1.	O caso da simulação por testamento.....	266
5.3.2.	O caso da renúncia por erro	268
5.3.3.	O caso do testamento imaginário.....	269
CAPÍTULO 6 – ASPECTOS PROCESSUAIS DA INVALIDADE: BREVES CONSIDERAÇÕES		271
6.1.	Delimitação dos aspectos processuais relevantes à análise da categoria jurídica da invalidade disciplinada pelo Código Civil	271
6.2.	Natureza jurídica do provimento jurisdicional que reconhece a invalidade do ato jurídico preceptivo.....	272

6.3.	Legitimidade ativa <i>ad causam</i> para as ações de invalidade	279
6.4.	Limites subjetivos da extensão da coisa julgada em ação de invalidade...	291
6.5.	Ação declaratória de validade de negócio jurídico	295
6.6.	Modo de alegação em juízo de determinadas defesas opostas contra a pretensão do autor de ver invalidado o negócio jurídico e da alegação da invalidade como defesa.....	295
6.6.1.	Modo de alegação do disposto no artigo 182	296
6.6.2.	Modo de alegação do disposto no artigo 170 e consequências do seu acolhimento	297
6.6.3.	Modo de alegação do disposto no artigo 144 e consequências do seu acolhimento	300
6.6.4.	Modo de alegação do disposto no § 2º do artigo 157 e consequências do seu acolhimento.....	302
6.6.5.	Modo de alegação da invalidade como defesa	303
6.7.	Algumas considerações sobre a teoria das invalidades e o procedimento arbitral	304
6.7.1.	Algumas considerações sobre o momento de alegar judicialmente a ineficácia do compromisso arbitral	304
6.7.2.	Algumas considerações sobre o dever de revelação do árbitro à luz de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	306
	CONCLUSÃO	321
	BIBLIOGRAFIA	325
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	341